

Educação infantil: política, formação e prática docente

Josefa A. Gonçalves Grigoli

Doutora em Psicologia da Educação pela PUC-SP. Professora do Programa de pós-graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco.
e.mail: j.a.grigoli@ucdb.br

RUSSEFF, Ivan; BITTAR, Mariluce (Orgs.). *Educação infantil: política, formação e prática docente*. Campo Grande: UCDB; Brasília: Plano, 2004. 127p. (Educação em Movimento, 4).

O 4º volume da Série Educação em Movimento reúne seis artigos que, no seu conjunto, evidenciam, de forma bastante feliz e apropriada, os três eixos de análise anunciados já no título do livro. A temática da educação infantil é focalizada, na sequência dos textos, em três movimentos que se articulam para compor um painel, ao mesmo tempo informativo e crítico, abrangente na sua contextualização histórica e específico ao tratar das questões que dizem respeito diretamente aos desafios postos pela nossa realidade.

Assim, os dois artigos iniciais têm como eixo norteador a problematização da situação da educação infantil e a análise da sua inserção no contexto das políticas públicas.

A coletânea é aberta com o artigo “Infância em resistência às políticas internacionais”, escrito por Fernanda Muller, que traz para a discussão a “situação atual da infância e da educação infantil enfocando as interferências das políticas internacionais” (p.

11). Apoiada em uma competente revisão bibliográfica sobre o tema e num diálogo crítico com os autores, apresenta para o leitor um amplo painel acerca da “construção” (ou “invenção”) da infância. Retrata o contexto social, político e econômico em que a condição de infância foi estabelecida e relaciona esses fatos com a expansão da escola. Traz para a reflexão os conceitos de “pedagogia cultural”, “currículo cultural” e “kindercultura” que remetem para a análise acerca da influência das grandes corporações na produção da infância. Nas considerações finais, alerta para o fato de que “a infância vem sendo ameaçada pelos organismos internacionais e pela forma como interferem nas políticas nacionais e locais” (p. 29), e reafirma a necessidade de se “tentar compreender processos vividos pelas crianças nas escolas de Educação Infantil e como a infância se constitui nesse cenário (...) e [de] que a infância precisa ser compreendida na sua pluralidade e as crianças como atores sociais plenos” (p. 29-30).

A partir deste quadro de referência mais amplo, focalizando questões de “fundamentos” da Educação Infantil, o leitor poderá situar-se com segurança na leitura do artigo que segue: “Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil”, de Mariluce Bittar, Jória Pessoa O. Silva e Maria Cecília Amendola da Motta. Nele, as autoras desenvolvem um cuidadoso estudo sobre a presença, a evolução e a implementação da educação infantil no contexto das políticas públicas no Brasil. Em um texto bem articulado e solidamente referenciado em documentos, evidenciam que a concepção de educação infantil, de cunho marcadamente assistencialista desde as suas origens, só começa a ser revista a partir do reconhecimento do direito que a criança tem de ser educada. Destacam, em seus argumentos, o papel decisivo dos movimentos sociais que marcaram o período em que se elaborou a nova constituição, na luta pela incorporação dos direitos da criança como dever e garantia do Estado, não só na constituição propriamente, mas nas legislações e políticas complementares relacionadas com esta questão, que a ela se seguiram.

Na seqüência, são levantadas questões muito pertinentes, relacionadas com a importância da participação da sociedade civil no acompanhamento da “implementação das políticas e diretrizes educacionais (...) no sentido de criar estratégias de ação que assegurem, de fato, o atendimento dos direitos da criança, já garantidos em lei” (p. 43). Nessa direção, as autoras desenvolvem uma reflexão sobre a “necessidade de se

repensar o papel dos Conselhos de Direitos na implementação das políticas públicas de educação infantil” (p. 47). E conclui lembrando que: (a) os movimentos organizados da sociedade civil não devem incorrer no equívoco de se tornarem apenas legitimadores de um modelo de participação; (b) as políticas públicas de educação infantil precisam ser entendidas pelo Estado, como prioridades e a sua implementação, como compromisso político, pois só assim poderão deixar de contribuir para a reprodução das desigualdades; (c) os Conselhos, por sua vez, devem atuar no sentido de promover a conscientização acerca da importância de uma efetiva participação como parte do exercício de construção da cidadania.

Os dois artigos seguintes tratam da questão da formação dos professores, com enfoques diferenciados, contribuindo, cada um a sua maneira, para ampliar o quadro de referência a partir do qual essa reflexão deve ser feita.

No primeiro deles, sob o título “Formação de professores: política de (des)entendimento entre instâncias normatizadoras e concretizadoras”, o autor – Vicente Fideles de Ávila – discorre sobre a “radical reviravolta no perfil da demanda educacional escolar” motivada pelas exigências decorrentes da mundialização da economia e sobre a necessária “reorientação na caminhada da escola brasileira” (p. 52). Além de profundas modificações na escola, o autor defende que a “formação dos profissionais da educação [seja] mais sólida [e] rigorosa” (p. 54) e explicita os elementos envolvidos

nessa formação bem como as condições necessárias para a sua viabilização. Mas reconhece as dificuldades desta empreitada e as relaciona com os “descompassos entre instâncias normatizadoras e concretizadoras”. Estes descompassos decorrem da falta de sintonia ou, mais grave, “da frontal contradição entre o ‘mundo do sistema’ e o ‘mundo vivido.’” (p. 58).

Pondera, ainda, que a crença de que “com boas normas e diretrizes se resolvem problemas tão complexos, agudos e distorcidos como o da formação de professores (...) parece ser a razão (equivocada) pela qual as instâncias normatizadoras as imponham de cima para baixo às agências formadoras” (p. 57) e conclui expressando a sua crença de que é possível redimensionar o referido descompasso, incentivando uma cultura de cooperação que venha a substituir as práticas impositivas, vigentes nas relações entre aquelas instâncias.

O segundo artigo deste bloco, quarto da coletânea, é de autoria de Ivan Russeff e Fernando Casadei Salles e trata da “Formação continuada do professor de educação infantil e identidade profissional”. Os autores iniciam fazendo algumas considerações críticas sobre a forma como Antonio Nóvoa se refere à formação de professores, numa entrevista publicada na revista *Nova Escola*. Nela, segundo os autores, Nóvoa não só atribui à escola um papel fundamental nos processos de formação continuada do professor, mas a considera como lugar “exclusivo da ‘verdadeira’, e portanto, única possibilidade de educação continuada” (p. 74). Apontam, então, o que

consideram impropriedades desse suposto entendimento, lembrando as muitas outras instâncias, espaços e experiências externos ao ambiente escolar e que também se constituem em contextos formadores.

Para tratar das questões centrais a que se propõem na introdução do artigo, começam pela problemática decorrente da indefinição do conceito de educação continuada, o que, no limite, poderia levar a não se estabelecer diferença significativa entre os dois momentos formativos. Essa indefinição tem levado ao equívoco de se pensar a formação continuada de forma similar ao processo de formação inicial e, portanto, orientada pelos mesmos fundamentos da racionalidade técnica. Propõem, então, “alguns princípios metodológicos (para) orientar a formação em serviço” (p. 82), distinguindo-a da “outra” modalidade de formação continuada, centrada na racionalidade técnica.

Na seqüência, apoiados em dados estatísticos de órgãos oficiais, tecem considerações sobre a formação do professor da educação infantil e a precariedade da sua situação profissional. Destacando as enormes disparidades dessa realidade, entraves para o desenvolvimento profissional dos professores, os autores consideram necessária “uma ampla mobilização política da sociedade, a fim de que se elaborem e implantem políticas públicas à altura do enorme desafio representado pelas exigências da profissionalização do docente de educação infantil” (p. 89). Em consonância com essa posição, reiteram a convicção de que a “formação do professor de educação in-

fantil, tanto a inicial como a continuada devem merecer a mesma atenção dispensada à dos demais níveis de ensino" (p. 90) Concluem o artigo, apresentando para o leitor alguns princípios que dão suporte à concepção de formação continuada em serviço, por eles defendida.

Finalmente, os dois últimos artigos da coletânea voltam-se mais para as questões da prática docente, seja pelo exame das possíveis contribuições das idéias de Piaget e Vygotsky para a prática do professor de educação infantil, seja pela apresentação de uma experiência, teoricamente fundamentada, envolvendo prática de ensino em creche, como parte da formação inicial, e desenvolvida mediante observação participante e calcada na ação reflexiva.

No primeiro deles, sob o título "Desenvolvimento cognitivo e educação infantil: espontâneo ou produzido", a autora - Leny Rodrigues Martins Teixeira - apresenta as idéias centrais das teorias de Piaget e Vygotsky que guardam relação mais direta com a prática educativa, assinalando as possíveis aplicações pedagógicas das mesmas. Desenvolve seus argumentos no sentido de evidenciar o caráter maniqueísta e estéril da polêmica acerca de ser o sujeito ou o meio o fator determinante do desenvolvimento. Pondera que, mesmo representando "parâmetros diferentes de explicação do desenvolvimento cognitivo" (p. 109), essas duas teorias não são incompatíveis e, juntas, possibilitam compreendê-lo melhor. Conclui o artigo exemplificando com várias situações que podem ser trabalhadas pelo professor vi-

sando ao desenvolvimento da criança, consoante às idéias dos autores tomados como referência. Ao mesmo tempo, lembra que "se adotarmos essa concepção de ensino (...) temos que repensar também a nossa concepção de professor" (p. 11) e, podemos acrescentar, por conseqüência, a sua formação.

No último artigo da coletânea - "A atividade docente em contexto: uma experiência de prática de ensino em educação infantil, com crianças de 0 a 3 anos" - as autoras, Ordália Alves de Almeida e Jucimara Rojas, trazem para o leitor um relato e uma fecunda reflexão sobre uma experiência no campo da formação inicial, com alunos do curso de Pedagogia, organizada pela Prática de Ensino. Desenvolvida em duas instituições, com crianças de creche, essa experiência baseou-se inicialmente em observação participante e promoveu um grande envolvimento dos alunos-docentes com o contexto das instituições bem como nas várias etapas do planejamento e da realização das atividades. As autoras registram a preocupação constante em se promover a articulação entre a teoria e a prática, resgatando, explicitando e discutindo sistematicamente, ao longo das atividades em andamento, as questões teóricas a elas subjacentes: "Ao estabelecermos esse processo dinâmico entre teoria e prática, em que nem sempre há uma sintonia entre uma e outra, pelo contrário, em muitas situações existem grandes confrontos e tensões, intencionamos reafirmar o movimento dialético existente na atividade docente" (p. 121).

Vários depoimentos dos alunos-professores evidenciam a relevância da experiência por eles vivenciada. Em praticamente todos, é ressaltada a validade dessa forma como se trabalhou a relação entre a teoria e a prática. Esse dado recoloca para nós, formadores de professores, a instigante e necessária indagação sobre a importância e as possibilidades de se avançar efetivamente no processo de aproximação da formação inicial e continuada.

A “unidade na diversidade” facilmente identificada no conjunto dos artigos que integram a presente coletânea torna sua leitura recomendável para os estudantes, profissionais e todos aqueles que de alguma forma estão envolvidos com (ou estão interessados em) a educação infantil. O amplo painel a que se pode chegar a partir das contribuições dos vários autores permite que o leitor se situe em relação às questões mais importantes dessa área.